

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Lula Marques/Agência Brasil

Vislumbra-se um retorno tenso do Congresso

O Congresso retorna com sangue nos olhos

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não gostou nada de ouvir algumas avaliações que chegaram até ele no sentido de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria usado este início de ano para testar os limites e o tamanho da sua base de sustentação. Tal ideia circulou entre analistas políticos nas últimas semanas. Com o Congresso em recesso, Lula teria jo-

gado algumas iscas para ver como o Congresso reagiria. O veto às emendas parlamentares seria a maior dessas iscas. Para Lira, se foi essa mesmo a intenção do presidente, terá sido uma brincadeira perigosa. Que pode acabar, depois, gerando uma reação contrária que o governo não consiga controlar. O tamanho da grita será sentido hoje, na reunião de líderes da Câmara.

Antecipou

Lira antecipou em uma semana o retorno após o recesso para convocar essa reunião do Colégio de Líderes. E a razão principal foi o corte em R\$ 5,6 bilhões no valor das emendas de comissão. Uma queda-de-braço pode estar em curso, se o governo não rever.

Minoria

A tese de que a brincadeira de Lula pode ser arriscada baseia-se na constatação por Lira de que o governo não tem maioria no Congresso. Ele tem sempre que negociá-la. Sem isso, o presidente da Câmara estima que Lula só tem cerca de um terço de votos fiéis na Câmara.

Paulo Pinto/Agência Brasil



Rumos eleitorais de Pacheco e Lira estão no jogo

Lira e Pacheco pensam em como manter poderes

Há diversos outros componentes que tornam arriscado querer testar limites no Congresso. O primeiro deles é que este é o último ano dos mandatos de Arthur Lira como presidente da Câmara e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) no comando do Senado. Eles não podem ser reconduzidos. Assim, precisarão estabelecer novas estraté-

gias para manter posições de comando mesmo após deixarem seus postos no alto das Mesas Diretoras. Ou seja: tanto Lira quanto Pacheco tratarão de buscar estabelecer formas de fortalecer suas lideranças naturais junto aos deputados e senadores, que independam dos cargos que hoje ocupam. Isso passa por suas sucessões.

Orçamento

Embora os processos que deram mais poder parlamentar ao orçamento sejam anteriores ao primeiro mandato de Lira, foi ele quem, no governo Bolsonaro, organizou melhor a distribuição dos recursos e o controle da chave do cofre. Quer garantir que se mantenha.

Pólvora

Tudo isso somado é um rastilho de pólvora. Que, se alguém acender, pode explodir. A dificuldade de Lira e Pacheco recuarem nessas estratégias de afirmação de poder é que elas estão associadas aos seus interesses eleitorais nos seus estados de origem.

Pacheco

Já Pacheco ensaia a manutenção dos seus poderes reforçando o peso do Senado e enfraquecendo o Judiciário, especialmente o Supremo Tribunal Federal (STF). Pacheco vem encampando a tese da oposição de que os poderes do STF precisam ser limitados.

Disputa

Lira disputa Alagoas com o clã Calheiros, que é governista e se beneficia disso. Já Pacheco tem de alcançar espaços em Minas Gerais, hoje dominada pelo oposicionismo do governador Romeu Zema. São nessas searas que eles têm de achar espaços.

Ano pode começar com rinha de CPIs no Congresso

De um lado, uma CPI da Abin. Do outro, a CPI do Judiciário

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

Em menos de duas semanas, dois deputados federais foram alvos de operação da Polícia Federal (PF). Na semana passada, os agentes continuaram uma investigação para apurar um suposto esquema de espionagem cometido pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) contra autoridades, políticos e jornalistas durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). O deputado Alexandre Ragem (PL-RJ), ex-diretor-geral da Abin na época das supostas espionagens, foi o alvo principal. Ele será intimado a depor na PF.

A operação agitou o meio político em Brasília. Diante das acusações, se comprovadas, deputados e senadores querem saber se estavam na lista de monitorados pela Abin. Por isso, após a divulgação da investigação, o deputado federal Chico Alencar (Psol-RJ) anunciou que está dando continuidade à coleta de assinaturas para a instalação de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação da Abin durante a gestão Bolsonaro. Para conseguir instalar a comissão, ele precisa de ao menos 171 assinaturas de deputados para dar início ao projeto. O senador e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) da Casa, Renan Calheiros (MDB-AL), também afirmou que vai coletar assinaturas para instalar uma CPI da Abin no Senado.

Em conversa com o Correio da Manhã, Chico Alencar lembrou que já tinha solicitado a abertura da Comissão no final do ano passado, mas na época não conseguiu a quantidade de assinaturas necessárias. “Agora, como o caso está revigorado e a



Van Hatten aguarda a instalação da CPI do STF

sua gravidade enfatizada, inclusive envolvendo o dossiê sobre a procuradora do caso Marielle, vamos retomar a coleta de assinaturas, na volta do recesso”, disse Chico Alencar à reportagem.

Judiciário

Se Chico Alencar ou Renan Calheiros conseguirem as assinaturas para a instalação das comissões que propõem, isso acentuará a disputa de narrativas no Congresso. Para o governo, tais situações se associam no que teria sido um esforço de componentes do governo anterior para dar um golpe e suprimir do país a democracia. Para integrantes da oposição, a narrativa é contrária: agora é que estariam sendo utilizados instrumentos de perseguição política para conter avanços do grupo e retirar da disputa políticos com boas chances eleitorais (Ragem, por exemplo, é a aposta eleitoral do PL para a prefeitura do Rio de Janeiro).

Na linha, então, da narrativa da oposição já no ano passado o

deputado Marcel Van Hatten (Novo-RS) obteve as assinaturas mínimas para criar uma CPI que investigará eventuais abusos do poder Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal (STF), de onde saem autorizações para investigações como a que teve Ragem como alvo.

Van Hatten aguarda, com o retorno do Congresso após o recesso na próxima semana, a abertura da CPI que propôs.

“As prerrogativas parlamentares não estão sendo respeitadas pelo Supremo Tribunal Federal e as duas Casas, Câmara e Senado, precisam agir. Arthur Lira e Rodrigo Pacheco precisam valer os cargos que ocupam porque é deles a responsabilidade por garantir que os parlamentares possam trabalhar com tranquilidade”, criticou Van Hatten por meio das redes sociais.

Caso as duas CPIs sejam instaladas, haverá uma disputa no Congresso de diferentes versões sobre fatos semelhantes ligados a um passado político

recente. Em conversa ao Correio da Manhã, o professor de Ciência Política no Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) André Rosa, avaliou que “as duas CPIs, ao mesmo tempo, podem inviabilizar uma série de investigações e acabar se tornando uma guerra de narrativas do ‘nós, contra eles’”.

“Embora seja regimentalmente aceita, meu ponto de vista é que não é nada além de ataque e contra-ataque. Em se tratando de contra-ataque, perde-se o objeto da CPI, que é investigar irregularidades em prol do Estado, mas jamais por guerra política, beneficiando interesses personalistas”, afirmou o cientista político.

PEC

Diante das investigações contra Jordy e Ragem, a oposição no Congresso Nacional avança na coleta de assinaturas para apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que exige a aprovação da Mesa Diretora da Câmara ou do Senado para ações judiciais, mandados de busca e apreensão e investigações realizadas contra deputados e senadores. A expectativa é que o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não aceite a proposta, mesmo que ela consiga a quantidade necessária de assinaturas dos parlamentares.

Na avaliação do analista político Rócio Barreto, a probabilidade da aprovação da PEC neste ano é baixa, especialmente no Senado. “Existe a possibilidade disso ganhar algum volume na Câmara dos Deputados. Porém, é bom lembrar que 2024 é ano eleitoral, e os parlamentares vão pensar antes de criar desgastes com outros poderes”.

Lula Marques/Agência Brasil



Lira articula uma reação ao corte das emendas

Lira convoca líderes para discutir tensões

Por Ana Paula Marques

O clima de tensão que se instalou entre o governo e o Congresso Nacional terá mais um capítulo nesta segunda-feira (29). O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), convocou todos os líderes políticos da Casa para tratar dos últimos três conflitos que se desenrolam entre os poderes: a MP da reoneração, a taxaço de líderes religiosos e o corte de R\$ 5,6 bilhões nas emendas parlamentares.

A reunião deve ter foco principalmente no veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no orçamento de 2024, reduzindo o valor para as emendas das comissões permanentes do Legislativo — dinheiro que parlamentares direcionam a seus redutos eleitorais, para auxiliar aliados políticos nos municípios. Pela lógica, esse repasse amplia a influência dos parlamentares, especialmente em um ano eleitoral.

Após a reunião, é esperada uma reação oficial da Câmara ao corte. O presidente Lula já declarou que “terá o maior prazer de explicar o veto aos líderes”. O governo defende que o corte foi necessário para equilibrar as contas públicas. Essa é a defesa também para as outras duas arestas promovidas pelo

ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na promessa de tentar manter o déficit fiscal zero em 2024 — a taxaço de pastores e demais religiosos e a MP que reonera a folha de pagamento dos 17 setores da economia que mais empregam no país.

Fim do recesso

O Congresso volta do recesso parlamentar — em fevereiro — já com esses conflitos na agenda. Apesar de um clima de forte incômodo sobre o corte nas emendas, a avaliação é de que o governo use o veto como moeda de troca para negociar com os parlamentares.

Segundo o analista político Érico Oyama, se o Planalto não negociar uma reposição ao valor das emendas, o veto de Lula deve ser derrubado. “Agora, não existe nenhuma chance da MP da reoneração e do veto passar pelas casas legislativas”, disse.

A alternativa seria reformular o veto, opção que é viável, segundo a ministra do Planejamento e do Orçamento, Simone Tebet, que afirmou que o veto “é provisório”.

“Nós fizemos um primeiro veto, provisoriamente, nas linhas de programação e podemos, lá para fevereiro, fazer qualquer alteração, como sempre fizemos no momento certo”, declarou.

Alvo da PF

Um possível quarto assunto pode ser debatido durante a reunião: a Operação Vigilância Aproximada, que tem como principal alvo o deputado federal Alexandre Ragem (PL-RJ). Ele é investigado por suposto esquema de espionagem ilegal quando estava na chefia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

Segundo a PF, a Abin teria usado o software israelense ‘FirstMile’ para espionar agentes políticos, jornalistas e até mesmo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A ferramenta de geolocalização permite identificar as movimentações de pessoas por meio de celulares.

Segundo Érico Oyama, políticos da oposição devem levar seus descontentamentos em busca de um pronunciamento de Lira e do presidente do Senado Federal, Rodri-

go Pacheco (PSD-MG). “A oposição deve levar também argumentos para acelerar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que exige aval da Mesa diretora das duas Casas para que ações judiciais, mandados de busca e apreensão e investigações sejam realizadas contra deputados e senadores”, explica.

A PEC é do deputado Rodrigo Valadares (União-SE) e já foi apresentada na Câmara. Porém, só ganhou força nos últimos dias após as investigações contra os deputados do PL. No período de duas semanas, a PF realizou buscas e apreensões nos gabinetes dos deputados Carlos Jordy (PL-RJ) e Ragem.

Parlamentares da oposição consideram que as buscas são “exageros” do STF. A argumentação é de que ambos os investigados são pré-candidatos nas eleições municipais deste ano, o que evidenciaria um padrão nas investigações.